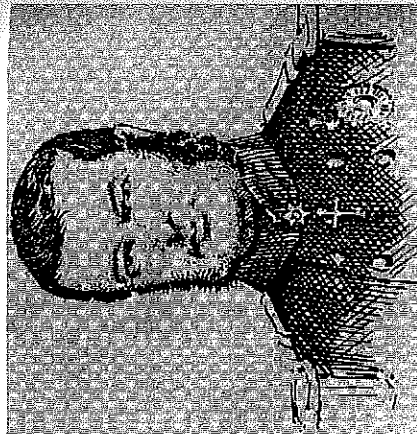


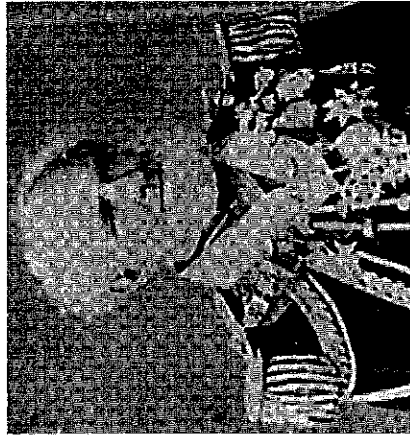


Retrato de Inhátima, sucessor de Tamandaré no comando da Esquadra.

Foto de Barroso, vencedor da batalha do Riachuelo.



Retrato de Tamandaré, comandante da Esquadra no Paraguai (1865-1866)



A resistência de Tamandaré e de Inhátima em ordenar que a Esquadra brasileira ultrapassasse Humaitá foi motivo de críticas na época e de desentendimentos com Mitre.

veu-se ao ressentimento e desconfiança que tinha em relação aos argentinos, aos quais enfrentara durante a Guerra da Cisplatina (1825-8), e, ainda, à sua idade avançada. Apresentava Tamandaré "visíveis sintomas de velhice precoce", com ataques de reumatismo, seguidos de imobilidade de raciocínio, que o impedi- am de considerar qualquer assunto, mesmo os de maior urgência. Mesmo quando não estava sob o efeito dessas frequentes crises, seu temperamento, "ner- voso-sanguíneo", o levava a se debater na indecisão, antes de tomar qualquer iniciativa, descrição corroborada também por Mitre. Silveira da Motta escreve que o testemunho que deseja dar à história sobre Tamandaré é o de que este foi, até o fim de sua carreira, oficial de bravura, mas que, devido à sua idade e à "de- ficiência de sua instrução profissional", o governo imperial não deveria ter-lhe concedido "autoridade ilimitada" na direção das operações navais no Paraguai.¹⁷²

O superdimensionamento da ação de Tamandaré no Prata, naqueles anos, encontra explicação na necessidade de reforçar-se o ânimo popular para a guer- ra e o próprio quadro político interno. O almirante era membro do Partido Li- beral e, até pouco antes de Curupaiti, os *históricos* estavam no poder e lhes inte- ressava, por certo, fortalecer as figuras militares que com eles se identificavam. O gabinete liberal sacrificou seu correligionário para unificar o comando brasi- leiro na guerra sob Caxias, membro do Partido Conservador com o objetivo principal de ter uma liderança militar experiente no Paraguai, mas, também, com a consequência não desprezível de tornar os conservadores co-responsá- veis na política de guerra, reduzindo a oposição política ao conflito.

O REPÚDIO À GUERRA

A longa duração do conflito entre a Tríplice Aliança e o Paraguai fez com que países neutros procurassem uma solução negociada para a luta. No Brasil houve desânimo com a continuidade da guerra, tornando-se crescente a dificul- dade para o alistamento de novos soldados. As propostas de paz não foram acei- tas e a dificuldade de alistar cidadãos brasileiros para o conflito foi parcialmente contornada pela libertação de escravos para irem combater no país guarani. Ape- sar dos muitos obstáculos, o governo imperial deu continuidade à guerra.

Iniciada a guerra no Prata, as duas grandes potências européias, Grã-Bretanha e França, mantiveram posição de neutralidade. O interesse oficial e privado britânico consistiu, de início, em evitar a guerra ou, pelo menos, impedir que ela afetasse de forma considerável o comércio na região platina. Durante o conflito, o governo de Londres manteve-se neutro, embora seus diplomatas no Prata — Thornton, Gould e Mathew — algumas vezes tenham praticado atos que prejudicaram o Paraguai. No geral, porém, esses representantes seguiram as ordens do seu governo.¹⁷³

Também o governo francês manteve-se neutro no conflito. Laurent-Cochelet, seu cônsul em Assunção, e Solano López se antipatizavam mutuamente, o que levou à transferência desse agente consular em outubro de 1867, substituído por M. de Cuverville. Este, ao contrário de seu antecessor, nutria simpatias pelo chefe de Estado paraguaio, as quais eram reciprocadas. Essas relações amistosas permitiram ao governo paraguaio utilizar-se da mala diplomática francesa para remeter, em novembro de 1868, caixas com 20 mil "pesos fortes" para o seu encarregado de negócios em Paris, Gregorio Benítez, bem como enviar correspondência oficial ao exterior. Como consequência, Cuverville sofreu severa reprimenda da Chancelaria francesa. A neutralidade do governo francês também dificultou o recebimento pelo Império do encouraçado *Brasil*, encomendado a estaleiros franceses antes do início da guerra.¹⁷⁴

Com a Grã-Bretanha, o governo imperial estava rompido desde 1863; assim, buscou-se, no ano seguinte, 1864, estabelecer negociações com o fim de normalizar as relações entre os dois países. Em maio de 1864, o conde de Lavradio, representante do governo português em Londres, entregou uma nota com as reivindicações brasileiras à Chancelaria britânica. Preocupado com a guerra e considerando-se satisfeito pelas desculpas britânicas, apresentadas por Edward Thornton a dom Pedro II, em Uruguiana, o governo brasileiro restabeleceu as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha.¹⁷⁵

Durante a guerra, a organização diplomática do Império brasileiro mostrou-se valiosa. Ela garantiu a obtenção de armas na Europa, anulou a hostilidade de governos à causa aliada e isolou politicamente o Paraguai quase por completo, mas não conseguiu obter a adesão da opinião pública internacional à causa aliada. Nas Repúblicas sul-americanas da costa do Pacífico, as simpatias da popula-

ção voltavam-se para Solano López, e o mesmo ocorria nos Estados Unidos onde, inclusive, o próprio governo compartilhava esse sentimento.¹⁷⁶ Tratava-se de uma simpatia compreensível, normal, em favor do lado mais fraco; o Paraguai era visto como uma espécie de Davi a enfrentar Golias, representado pela Triplíce Aliança.

Embora reivindicasse a livre navegação na Bacia do Rio da Prata, o Império mantivera fechado o rio Amazonas e seus afluentes à navegação internacional. Em decorrência, o Brasil enfrentou sérias pressões de outras potências, em especial dos Estados Unidos, que tinham ambições em relação à região amazônica e procuraram mobilizar o Peru e a Bolívia, países interessados no acesso àquele rio, em favor de sua abertura à navegação. Em guerra com o Paraguai, o governo imperial, para evitar que qualquer motivo de atrito envolvesse direta ou indiretamente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, bem como para neutralizar as Repúblicas americanas do Pacífico, abriu a bacia amazônica à navegação internacional em dezembro de 1866.¹⁷⁷

No segundo ano de guerra, em dezembro de 1866, o Congresso norte-americano aprovou uma resolução na qual recomendava ao Departamento de Estado oferecer sua mediação para pôr fim ao conflito. A justificativa da resolução era a de que a continuidade da guerra prejudicava tanto o comércio quanto as instituições republicanas na região platina. O secretário de Estado remeteu aos países em guerra a proposta de um armistício pelo qual enviassem representantes a Washington, cada parte com direito a um voto, embora os aliados pudessem enviar três ministros plenipotenciários. Se os representantes não chegassem a um acordo, o presidente norte-americano designaria um árbitro para dirimir a questão. Com essa iniciativa, os Estados Unidos buscavam colocar-se aos olhos latino-americanos na condição de protetores e conselheiros, posição essa que fora, anteriormente, defendida pelo ministro norte-americano no Rio de Janeiro, o general Webb. Este suspeitava de uma intervenção da Grã-Bretanha e da França na guerra que, afirmava, deveria ser desencorajada. Os conflitos latino-americanos faziam-se acompanhar da disputa entre países que procuravam assegurar o domínio da América Latina, a Grã-Bretanha interessada em limitar a expansão norte-americana no Caribe, e os Estados Unidos interessados em ampliar sua área de influência.¹⁷⁸

A proposta do governo estadunidense foi apresentada, por seus representantes diplomáticos, aos países envolvidos no conflito de janeiro a março de 1867.

De Buenos Aires, o general Ashboth, ministro norte-americano, informou que os argentinos, à exceção dos que se enriqueciam com a guerra, eram favoráveis à proposta, como forma de conter a dominação brasileira nos negócios no Prata. O diplomata acrescentou que, mesmo o governo argentino tendo suprimido jornais e prendido cidadãos por toda parte, aqueles que defendiam a mediação não se intimidaram. Washburn, em Assunção, não teve dificuldades em obter a aprovação de Solano López para a proposta e, então, o diplomata dirigiu-se a Caxias e dele obteve a resposta de que os únicos termos que os aliados considerariam para o fim das hostilidades seriam a renúncia daquele chefe de Estado e sua retirada do Paraguai. De modo curioso, para alguém que supostamente buscava criar condições para uma negociação de paz, o representante estadunidense, segundo Caxias, deu "bem a perceber, ou disse-me, mesmo, que López não podia continuar a guerra nem por dois meses" e que não estava longe da idéia de retirar-se para a Europa. Washburn acrescentou que López, porém, receava fazer essa retirada pela Bolívia por causa da dificuldade da distância a ser percorrida para, em seguida, perguntar ao marquês Caxias se tinha muita vontade de prender o líder paraguaio. "Respondi-lhe que não tinha vindo cá para lhe dar escapula; que, portanto, se tratasse de fugir, o fizesse de maneira que eu não pudesse agarrá-lo".¹⁷⁹

O comportamento de Washburn no Paraguai foi contraditório, quer como resultado de sua mediocridade e despreparado para sua função, ao transformar pequenos problemas em grandes questões,¹⁸⁰ quer, provavelmente, por buscar vantagens pessoais. Desde 1862 esse diplomata incentivou Solano López à guerra¹⁸¹ e, durante a luta, passou ao lado paraguaio informes sobre a situação militar dos aliados. Em novembro de 1866, de retorno ao Paraguai após quase um ano de ausência, Washburn, em conversa com o chanceler José Berges, deu informações sobre a quantidade de navios de guerra brasileiros e efetivos aliados. O diplomata disse a Berges que em "todas" as províncias argentinas se desejava a paz; que as Repúblicas sul-americanas simpatizavam com o Paraguai, embora não acreditasse que Peru e Chile rompessem com o Brasil, e acrescentou ter ouvido dizer que tropas bolivianas invadiriam o Norte argentino. Washburn também informou que os aliados pretendiam abrir um caminho no Chaco, de modo a trazer a artilharia para a margem oposta da fortaleza de Humaitá e bombardeá-la. Ademais, entregou a Berges ofício do representante paraguaio em Paris, correspondência particular e exemplares do *Jornal do Commercio*, do

Rio de Janeiro, e da *Tribuna*, de Montevideu.¹⁸² Meses depois, em julho de 1867, Washburn se convencera de que os aliados, devido à sua superioridade numérica, ganhariam a guerra e, em seguida, haveria conflito armado entre eles, com o Brasil procurando destruir a República argentina e a uruguaia, de modo a consolidar o poder da Casa Real dos Bourbon-Bragança na região.¹⁸³

Com a recusa do Império à proposta norte-americana, em nota de 26 de abril de 1867, os outros aliados, por sua vez, adotaram idêntica postura. Eram tensas as relações brasileiro-norte-americanas, em virtude de os representantes diplomáticos dos Estados Unidos no Prata serem simpáticos à causa paraguaia.¹⁸⁴ Em 1868, Washburn caiu em desgraça junto a Solano López e foi substituído pelo general M. T. MacMahon, que seguiu para o Paraguai transportado por flotilha naval, cujo objetivo também era de obter a libertação, pelas autoridades paraguaias, de Masterman e Bliss. O primeiro, britânico, era médico da Legação norte-americana e, o segundo, funcionário burocrático dessa missão. A flotilha era chefiada pelo almirante Davis, comandante da esquadra norte-americana no Rio da Prata, e tentou forçar, em novembro de 1868, o bloqueio imposto pela esquadra brasileira. Não houve incidente armado entre as embarcações dos dois países, por causa da autorização dada por Caxias para que os navios norte-americanos subissem os rios Paraná e Paraguai.¹⁸⁵

Obtida a libertação dos dois funcionários pelo almirante Davis, em 12 de dezembro de 1868, o general M. T. MacMahon se apresentou no quartel-general de Solano López. Estabeleceram-se, de imediato, relações de simpatia recíproca entre esse representante e o líder paraguaio, a ponto de ele ser o único agente diplomático a segui-lo pelo interior do país, em sua fuga das tropas aliadas. Tanto MacMahon quanto Davis apoiavam Solano López segundo opinião do representante dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. MacMahon escreveu no *New York Times*, em 1870, que o líder paraguaio era um "verdadeiro cavaleiro, um acadêmico" e um "bravo".¹⁸⁶ Pendores intelectuais, Solano López não tinha, o cavalheirismo talvez fosse despendido somente com o representante dos Estados Unidos, único país a simpatizar com a causa paraguaia, e da bravura do ditador apenas há vestígios na sua decisão de morrer em lugar de render-se, pois evitou envolver-se em combates.

O barão de Cotegipe, ao comentar o fato de MacMahon seguir Solano López em sua fuga, afirmou que o diplomata contribuiu para animar a resistência Guarani e prolongar o conflito. O presidente Grant, por sua vez, em encontro

com o enviado paraguaio, Gregorio Benítez, pediu-lhe que transmitisse a Solano López a amizade e a simpatia do governo norte-americano pelo Paraguai, enquanto Fish, novo secretário de Estado, mostrou-se convencido das tendências do Império em dominar os Estados platinos.¹⁸⁷

Ainda em 1867, ocorreu outra tentativa de pôr fim à guerra, protagonizada pelo secretário da Legação britânica em Buenos Aires, C. F. Gould. Ele fora enviado ao Paraguai para tratar da situação de súditos britânicos no país, aos quais devia retirar se eles o desejassem. A missão fracassou, pois praticamente não conseguiu falar com seus compatriotas, e logrou que o governo paraguaio liberasse apenas quatro senhoras inglesas, quando viviam no Paraguai outras oitenta pessoas da mesma nacionalidade. No entanto, a viagem desse diplomata acabou por fornecer uma proposta de paz aos aliados.¹⁸⁸

Ao se apresentar, Gould escutou de Solano López a queixa da acolhida pouco cortês de sua tentativa de paz feita há um ano. O diplomata britânico respondeu que o Paraguai, ao ter demonstrado seu valor enfrentando um inimigo "três vezes mais forte", conquistara o respeito mundial e a satisfação da honra nacional. Acrescentou que a "razão aconselhava" o fim da guerra, pois sua continuação poderia ser considerada pouco humanitária, ao levar à destruição material de uma parte em luta e à bancarrota de outra. Solano López nada respondeu e, dois dias depois, em entrevista com Luis Camiños, chanceler paraguaio, esse diplomata reiterou a necessidade de paz e apresentou, por sua iniciativa, um projeto nesse sentido, que servisse de ponto de partida para as negociações. Camiños afirmou que as bases eram aceitáveis e as apresentou a Solano López, que as ratificou.¹⁸⁹

Gould retornou às linhas aliadas e apresentou a proposta de paz, na qual se explicitavam as bases aceitas por Solano López e sobre as quais seriam estabelecidas as negociações diretas e formais para a assinatura do tratado de paz. Essas bases eram: o governo paraguaio aceitaria, em acordo preliminar e secreto, as condições que os aliados estivessem dispostos a oferecer; a independência e a integridade territorial guaraní seriam reconhecidas formalmente; as questões de limites seriam resolvidas em acordo posterior ou seriam submetidas à arbitragem de governo neutro; as tropas paraguaias e aliadas se retirariam dos territórios inimigos que ocupavam; não seriam exigidas indenizações de guerra. Além disso, as tropas paraguaias seriam licenciadas, exceto as necessárias à manutenção da ordem interna da República, e Solano López, após a conclusão da

paz ou de suas preliminares, se retiraria para a Europa, e em seu lugar, o vice-presidente assumiria o poder.¹⁹⁰

As propostas tiveram melhor acolhida por parte de Mitre do que de Caxias, parecendo a Gould que elas eram aceitáveis para o primeiro e rechaçadas pelo segundo. De todo modo, ambos disseram não poder acolher as propostas por estarem proibidos de negociar com Solano López, mas que as enviariam a seus governos; enquanto isso, continuariam a guerra. Ao retornar ao acampamento paraguaio, porém, Gould encontrou Solano López com outra opinião, o qual afirmou que não tivera qualquer responsabilidade na proposta de paz.¹⁹¹ Camiños, por sua vez, em carta dirigida a Gould, desautorizou o plano proposto, que afirmou ser de autoria dos aliados, tanto que esse diplomata, antes de propô-lo, se teria reunido com Mitre e Caxias. A proposta original, afirmou o chanceler, era no sentido de Solano López deixar a chefia de Estado com o vice-presidente e se retirar para a Europa apenas para descansar. Por esse plano, o governo paraguaio declararia ter-se equivocado ao interpretar que o Império possuía projetos ambiciosos para o Prata e afirmaria lamentar as medidas hostis que tomara contra o Brasil e a Argentina sob essa falsa impressão. Ao mesmo tempo, o governo imperial responderia garantindo não possuir ambições sobre as Repúblicas platinas. Os outros itens apresentados por Gould como de iniciativa paraguaia seriam, conforme Camiños, apenas pontos para uma discussão. O diplomata britânico, em nota a Fortunato Britto, ministro brasileiro em Buenos Aires, desmentiu o chanceler paraguaio, declarando que a iniciativa da paz não fora das potências aliadas. O próprio Mitre, em correspondência enviada a Elizalde, garantiu ter sido de Solano López essa iniciativa.¹⁹²

Após esses acontecimentos, Gould retornou a Buenos Aires "totalmente" simpático ao Brasil e com a convicção de que a guerra terminaria logo, por ser desfavorável ao Paraguai que carecia de recursos.¹⁹³ Ainda no acampamento paraguaio, em Paso Pucú, Gould escreveu um informe confidencial no qual afirmava que Solano López exercia o poder da forma mais despótica e a população se mantinha em passiva obediência, pois estava acostumada a ser tratada antes como escrava do que como gente livre. Havia no Paraguai, escreveu esse diplomata, o "mais abominável" sistema de espionagem, em que crianças delatavam seus pais, e famílias importantes eram eliminadas. O país estava arruinado; escasavam os uniformes a ponto de vários soldados estarem praticamente nus e havia falta de comida e de sal.¹⁹⁴

Gould foi o autor da proposta com as bases preliminares para a paz, mas não há dúvida de que Solano López a aceitou para, depois, mudar de idéia. O motivo dessa mudança, segundo Juan Crisóstomo Centurión, foi que, enquanto o diplomata inglês se dirigia ao acampamento aliado, Solano López recebeu várias comunicações do exterior, uma das quais de um amigo de confiança de Buenos Aires, membro da oposição. Esta carta dava notícias de uma nova revolução contra Mitre e aconselhava o líder paraguaio a não entrar em negociações para pôr fim ao conflito, pois as condições seriam melhores posteriormente. Com efeito, dois dias depois, a nota de Camiños recusou a retirada de Solano López do Paraguai. Thompson e Stewart dão o mesmo motivo para explicar o fracasso da tentativa de intermediação de Gould. Este último trouxe na bagagem, conforme Stewart, cartas com falsos destinatários, ingleses ou o vice-cônsul português Vasconcellos, mas que eram dirigidas a López por amigos argentinos e uruguaios. Nessas cartas dizia-se ao líder paraguaio para não negociar a paz, pois o governo argentino carecia de condições financeiras para continuar a guerra e estava prestes a iniciar-se uma "tremenda" revolta contra Mitre, que seria obrigado a retirar suas tropas do Paraguai para enfrentar os sublevados. Neste caso, escreviam, ao enfrentar apenas os brasileiros, os paraguaios venceriam facilmente a guerra.¹⁹⁵

Pouco depois, alcançavam Assunção, vindos de Corumbá onde chegaram provenientes da Bolívia, o coronel Ulisses Martínez e dois outros oficiais argentinos. Traziam carta do caudilho Juan Saá, da província de San Luis, destinada a Solano López, informando que se preparava uma rebelião contra Mitre. Em fins de dezembro, Martínez ainda esperava a resposta solicitada de quais eram os planos de guerra de Solano López, aos quais Saá queria somar sua rebelião. O líder paraguaio acreditava que, com essa nova circunstância, "a guerra vai se aproximando de seu término".¹⁹⁶

Também as Repúblicas sul-americanas da costa do Pacífico ofereceram-se como mediadoras em negociações que visavam pôr fim à guerra. A oferta foi recusada pelo Império, que recebeu enérgicos protestos desses países contra o conteúdo do Tratado da Triplíce Aliança, tornado público pelo governo britânico. O Rio de Janeiro chegou a retirar Francisco Adolpho de Varnhagen, seu representante em Lima, rompendo relações com o Peru em 1867, devido à mensagem favorável ao Paraguai, lida no Congresso peruano pelo coronel Prado,

presidente da República. Em mensagem ao Congresso Constituinte peruano, em 15 de fevereiro de 1867, Prado afirmou que:

[o] Paraguai sustenta contra o Império do Brasil e seus aliados uma luta em que a justiça da causa rivaliza com o heroísmo da defesa. A bem dos beligerantes e por honra e conveniência da América, protestamos contra tal escândalo, oferecendo ao mesmo tempo nossa amigável interposição.¹⁹⁷

Contudo, com a derrubada de Prado e sua substituição pelo vice-presidente, general Canseco, que declarou nulos todos os atos de seu antecessor, as relações brasileiro-peruanas foram restabelecidas.¹⁹⁸

Em julho de 1866, o governo da Bolívia protestou contra as estipulações do artigo XI do Tratado da Triplíce Aliança, que comprometeria os direitos do país a territórios sobre o rio Paraguai e a Bahía Negra. No mês seguinte, em agosto, o chefe de Estado boliviano, general Melgarejo, em carta a Solano López, fez uma oferta de 12 mil soldados — em 1868 prometeria 100 mil — para auxiliarem os paraguaios contra as forças aliadas. Apesar de ter-se absteído de declarar se o tratado publicado em 1866 era verdadeiro ou não, para manter reserva sobre seu conteúdo, a Chancelaria imperial procurou satisfazer às autoridades de La Paz com explicações dadas ao referido protesto. Em setembro de 1866, o Rio de Janeiro nomeou o conselheiro e deputado López Neto para uma difícil missão especial junto ao governo da Bolívia. A despeito das tentativas dos representantes chileno e peruano, que procuraram criar-lhe dificuldades, o enviado imperial foi bem-sucedido e assinou com o governo boliviano o Tratado de Lmites, Comércio e Navegação. Melgarejo não concretizou seu apoio a Solano López. Houve, porém, comércio entre os dois países por meio de Corumbá e, em maio de 1867, o governo boliviano criou um consulado em Assunção. Nesse mesmo mês, o chanceler peruano, Felipe Osoriol, comunicou a Berges que os envelopes recebidos do governo paraguaio com destino às suas legações em Paris e Berlim seriam enviados à Legação peruana na capital francesa que os encaminharia a seus destinatários.¹⁹⁹ Em maio de 1867 o ministro argentino no Rio de Janeiro informava que um cônsul chileno na Bolívia ocupava-se em remeter armas e outros artigos para Solano López. As autoridades bolivianas permitiram que passasse por seu território, em 1870, armas e munições destinadas ao Paraguai.²⁰⁰

A opinião pública na América, continente republicano, era favorável à República paraguaia que enfrentava uma monarquia "e é em vão lutar contra a corrente".²⁰¹ Essa simpatia, porém, não se traduziu em atos significativos de apoio ao Paraguai. A ausência de apoio efetivo por parte dos países vizinhos foi interpretada pelo *Cabichui*, jornal paraguaio impresso na frente de batalha, como uma "glacial indiferença" à sorte do Paraguai, quando este cumpria o papel de "re-duto avançado" da América contra o expansionismo da Coroa dos Bragança. Porém, como apontou a Legação imperial em Santiago, apesar de tanto a opinião pública quanto os governos das Repúblicas do Pacífico serem refratários à causa aliada, faltavam meios a esses Estados para ajudar Solano López. A Bolívia e o Chile não tinham Marinha e somente a primeira tinha um Exército, mas diminuiu, além do que seu presidente, Melgarejo, se mostrava disposto a manter boas relações com o Rio de Janeiro, em decorrência da assinatura do Tratado de Limites, Comércio e Navegação. Já o Peru, "mais hostil ao Brasil", não podia opor-se ao Império, pois se encontrava em lutas internas.²⁰²

*No Brasil: "Deus é grande, mas o mato é ainda maior"*²⁰³

A guerra contra o Paraguai despertou, de início, o entusiasmo da população brasileira, desejosa de derrotar um ataque tido como traiçoeiro e injustificável. Esperava-se uma guerra curta e rápida, como foram, desde a década de 1850, as intervenções brasileiras no Prata. Quando o conflito se tornou uma luta de posições, em 1866, ouviram-se importantes vozes a criticar sua duração. A guerra era, segundo o senador Pômpeu, consumidora de recursos e causadora de uma possível ruína do país. Opinião com a qual concordava o barão de Cotegipe, para quem a "maldita guerra atrasa-nos meio século!". No ano seguinte, em 1867, o senador Silveira da Motta chegou a solicitar uma Comissão de Inquérito, por fim não instalada, para tratar dos motivos da duração do conflito.²⁰⁴

Aprisionado o *Marquês de Olinda* e iniciado o estado de hostilidades do Paraguai em relação ao Brasil, o governo brasileiro, diante da necessidade de complementar o modesto efetivo do Exército, considerou, em primeiro lugar, a possibilidade de mobilizar a Guarda Nacional. Como se analisou no capítulo 2, os guardas nacionais resistiram a cumprir a tarefa que se lhes pedia e, para atender às exigências bélicas do Império, foram criados os Voluntários da Pátria.

Após o fim da ocupação paraguaia de territórios brasileiros ao sul, pratica-

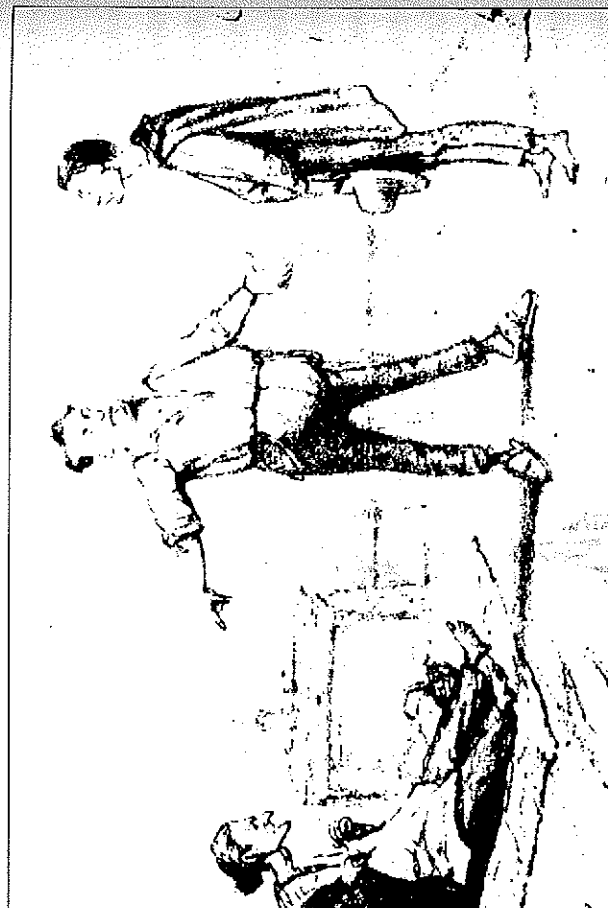
mente deixaram de se apresentar novos voluntários para a guerra. Como consequência, o Gabinete Zacarias viu-se obrigado, para compor as tropas, a estabelecer o recrutamento, e para isso recomendava a libertação de escravos. Repetiram-se, então, resistências ao recrutamento por todas as províncias, e a impopularidade da guerra obrigou o governo, nas palavras de Cotegipe, a "uma espécie de caçada", visando alistar cidadãos que fossem para a frente de luta. Para fugir ao recrutamento, muitos homens declararam-se adeptos do Partido Liberal, passando a ser protegidos pelos chefes políticos locais, ou, ainda, refugiaram-se nos bosques e florestas, despovoando os campos, principalmente ao norte do país. Mais tarde, Junqueira, o ministro da Guerra, afirmou que muitos jovens, para não serem enviados ao Paraguai, casaram-se com mulheres que tinham o dobro de sua idade. Tal quadro, admitiu em 1870 o titular da Pasta da Guerra, fez com que muitos membros dos Voluntários da Pátria tivessem sido, na verdade, obrigados a se alistar. Não era essa, porém, uma característica só brasileira, pois à época era comum o recrutamento violento, inclusive nos países europeus.²⁰⁵

Em novembro de 1866, Osório comunicou a João Lustosa Paranaguá, presidente do gabinete liberal que governava o Brasil, a dificuldade em se obter novos soldados no Rio Grande do Sul, província tradicionalmente supridora de recursos humanos e materiais para as ações militares no Prata. Havia demora na organização de novas tropas, escreveu Osório, porque muitos se esconderam nas matas, enquanto outros se refugiaram no Uruguai.²⁰⁶ Poucos meses depois de iniciada a guerra, São José do Rio Preto, minúscula vila paulista, foi abandonada por todos os habitantes, que fugiram para as matas, de modo a evitar o recrutamento; na localidade ficou apenas o subdelegado, que desempenhava a função de recrutador.²⁰⁷

Em São Paulo, 168 dos 1615 convocados, em 1865, para irem à guerra pagaram 600\$000 réis por pessoa para escaparem do serviço militar.²⁰⁸ No ano seguinte, o presidente dessa província enviou ofícios a juizes em que propunha sugerirem, aos fazendeiros e a outros cidadãos ricos, a libertação de escravos para serem enviados, como soldados, ao Paraguai. A necessidade de tropa era tal que o governo paulista se preocupou em cobrar do subdelegado de polícia de Caraguatatuba o alistamento, "sem perda de tempo", de dois homens, Mateus e Antônio Pedro, "ideais" para irem à guerra, pois não tinham família. Em São Sebastião se esconderam "muitos recrutados e guardas nacionais" convocados



SUPERLUCIANO.—Meu caro, nós estamos precisando de gente. Se os solteiros fogem para o mato, não há remédio se não vir à cama dos casados. As ordens que temos são apertadas!



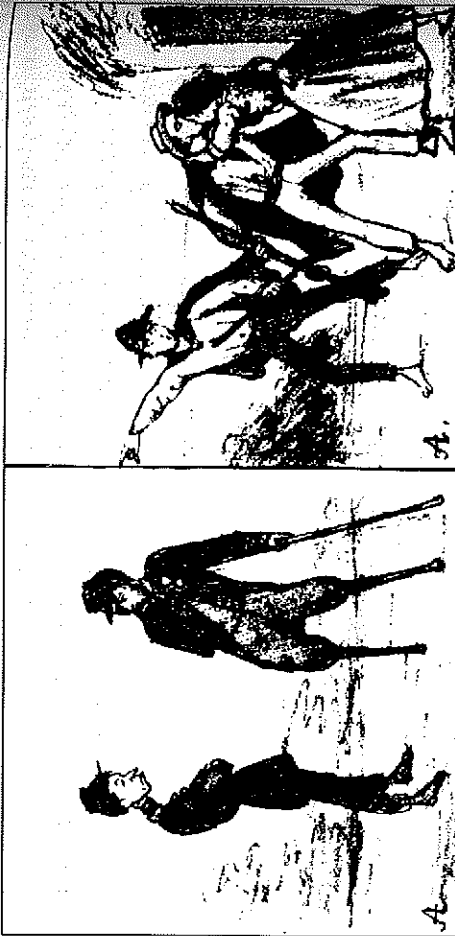
INSPECTOR DE QUARTELÃO.—Se não quer ir para S. Paulo assentar praça, hade casar com minha tia.
RECRUTA.—Só se Vmc. me der um diez para pensar.

No Brasil, os homens solteiros e que não fossem arrimo de família eram os primeiros a ser convocados para a guerra. Para evitar esse destino, alguns se escondiam na mata, outros se casavam com mulheres mais velhas.

para a guerra. Outros guardas nacionais, para escaparem a esse destino, se alistaram nas guardas municipais, o que não era permitido, sendo a proibição legal ratificada pela circular do governo paulista de 3 de janeiro de 1867. Três meses depois, outra circular ordenava que, nas comarcas, cada inspetor de quartelão apresentasse, "no prazo improrrogável de quinze dias", um recruta idôneo para ir ao Paraguai. Delegados de polícia relataram dificuldades em cumprir essa ordem, que foi reiterada. Em 1867, cumprindo repetidas ordens do governo imperial, o presidente paulista, J. T. Bastos, instruiu para que se atuasse "com energia", tanto no recrutamento para o Exército e a Marinha, quanto no envio de guardas nacionais sorteados para a guerra. Continuaram, porém, as dificuldades para se obter novos combatentes e, em janeiro de 1868, o governo provincial ordenou às autoridades locais que "atuem com todo o rigor no recrutamento, [na] prisão de designado e [na] aquisição de voluntários".²⁰⁹ Entre novembro de 1866 e maio de 1867, dos 1331 paulistas enviados para o teatro da guerra, apenas 87 eram voluntários.²¹⁰

A guerra também foi utilizada como pretexto para perseguir, pelo alistamento, adeptos do partido político contrário àquele que compunha o gabinete de governo. Para Pedro II, se não fosse o uso partidário do alistamento, seria mais fácil enviar gente para a guerra.²¹¹ Um exemplo foi o que ocorreu em São Paulo onde, devido à ascensão dos conservadores ao governo imperial em 1868, foi nomeado para presidir a província Candido Borges Monteiro, barão de Itaúna. O novo presidente tratou de apoiar, nos municípios, seus companheiros nas eleições locais de 7 de setembro, que preencheriam cargos nas Câmaras e de juizes de paz. Em Capivari, o líder conservador, Francisco Fernando de Barros, foi nomeado chefe de polícia e tomou posse em 31 de agosto. Para anular o prestígio eleitoral do padre Fabiano José Pereira de Camargo, líder liberal, Barros saía de madrugada, acompanhado do destacamento policial, e "corria atropeladamente a cidade, varejando domicílios e prendendo os liberais que encontrava para remetê-los como 'VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA' à capital da Província". O eleitorado liberal, ameaçado, refugiou-se no mato, para evitar esse destino. Tantas foram as arbitrariedades em relação ao recrutamento, por parte do barão de Itaúna, que a oposição se absteve de participar da eleição provincial de janeiro de 1869.²¹²

No Brasil, os adversários do governo eram alistados à força, enquanto no teatro da guerra eram destituídos de postos de comando. Severino Ribeiro de Almeida queixou-se, em carta de 31 de dezembro de 1866, a Paranaguá, de es-



—Briteo, estás com medo de marchar para a guerra y Deixa-te de sustos! Lá nem todos morrem... não estás vendendoquestou eu de volta?...

—Tem paciência, mulher: em tempo de guerra o perigo fazer-se sacrificios, deixar a família e andar fugido pelo matto.
—Vaiates, vaiates: que a escola não tampa!



Aíala em comissão de arrijar voluntarios para a guerra! ...

A indignação com a invasão paraguáia de Mato Grosso fez com que, no início de 1865, houvesse um grande número de voluntários dispostos a ir para a guerra. Mas a longa duração do conflito e as condições penosas em que os aliados lutavam fizeram rair esses voluntários. As autoridades do interior do Brasil agarravam homens à força para serem enviados ao Paraguai e muitos se refugiam nos matos para não terem esse destino.

tar prestes a perder seu comando por motivação política e que "longe de se preparar um novo Exército, só se trata da mesquinha política pessoal, de preparar o terreno para vitórias eleitorais, inutilizando os supostos adversários". O governo imperial estava cômico da necessidade militar de se pôr fim a essa situação, mas não obteve grande sucesso nessa tarefa.²¹⁹

Canções folclóricas, que surgiram no Brasil à época, mostram a imagem que a população tinha da guerra. Nelas predominavam os sentimentos de perda causados pelo conflito, em lugar da exaltação da luta. Assim, na cantiga de ninar *Morreu no Paraguai* os versos diziam:

*Ná, ná, ná, ná, ná, ná,
Que é feito do papai?
Ná, ná, ná, ná, ná, ná,
Morreu no Paraguai,
Ná, ná, ná, ná, ná, ná,
Na tropa se alistou,
Ná, ná, ná, ná, ná, ná,
E nunca mais voltou...*

Em Atibaia, província de São Paulo, as mulheres criaram, em 1867, a *Marcha dos Voluntários da Pátria*, na qual cantavam:

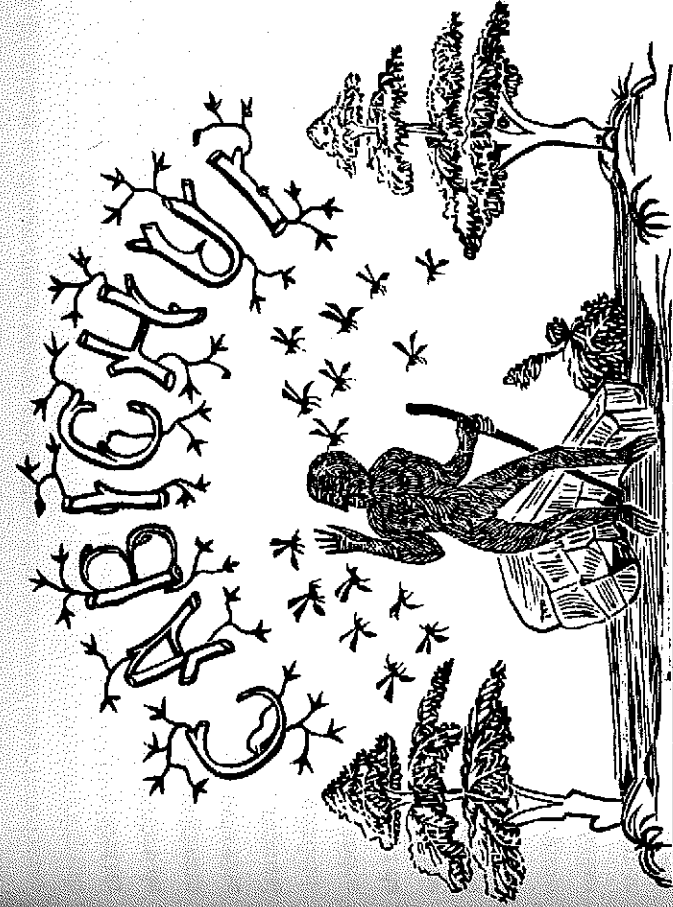
*Aos vinte e cinco de agosto
às cinco prá's seis da tarde
Embarcavam os voluntários
Ai meu Deus, que crueldade.
As mães choram pró's seus filhos,
As mulheres pró's seus maridos,
As irmãs pró's seus irmãos,
As jovens pró's seus queridos.*²¹⁴

As tentativas de forçar a Guarda Nacional a cumprir sua missão e suprir a necessidade de tropas na frente de batalha provocaram reações. Em 1866 apareceu no *Correio Mercantil*, um jornal liberal, uma série de artigos que criticavam semelhante iniciativa. Em um deles afirmava-se que os guardas nacionais "que

escaparem do açoque do Paraguai irão voltar mutilados a fim de dar o edificante espetáculo de mendigar da caridade pública o pão cotidiano e irão alcançar da generosidade do governo brasileiro a pensão de 400 rs". Em novembro desse ano, a Legação portuguesa no Rio de Janeiro relatava que o recrutamento para o Exército produzia poucos resultados, apesar das exortações das autoridades e, mesmo, do clero, o qual vinha fazendo apelo ao patriotismo dos cidadãos.²¹⁵ Fugia-se do recrutamento.

Para atender à demanda de reforço por Caxias, o governo imperial, por decreto de 13 de março de 1867, resolveu convocar, por sorteio, 8 mil guardas nacionais para irem à guerra. A medida sofreu "alguma oposição por parte dos mobilizados", embora os jornais cariocas tenham tentado demonstrar o contrário.²¹⁶ Essa milícia, segundo o representante argentino na Corte, tinha pouco entusiasmo para marchar para a guerra e a medida causou "vivas" reações contrárias no Brasil. Em 6 de junho, houve um motim de guardas nacionais no Rio de Janeiro, logo controlado, sem causar maiores consequências. O representante espanhol na Corte, Diego De la Quadra, relatou uma conversa que Pedro II teve com o comandante da esquadra francesa fundeada na baía da Guanabara. Na conversa, contada pelo almirante a De la Quadra, o monarca brasileiro afirmou ser grave a situação do Império, sendo enorme o déficit financeiro, e que esperava haver ainda em julho uma batalha importante no Paraguai. Se os aliados fossem derrotados, teria dito Pedro II, as consequências seriam graves e poderia, mesmo, haver uma revolução no Brasil que o levaria a abdicar para evitar males maiores.²¹⁷

A situação não chegou a esse extremo, mas, porque não houve nenhuma derrota aliada, nem vitória militar decisiva, manteve-se a tensão no Brasil. O *Diário do Povo*, jornal liberal e opositorista, noticiou a continuidade das violências cometidas no recrutamento e nas designações para a guerra. Essa prática era motivo de amargas queixas e protestos, o que alertou o periódico no sentido de que essas reações "propagam geral desgosto e podem tomar em breve proporções assustadoras". Essa previsão esteve prestes a se concretizar, pois, meses após, durante o carnaval de 1868, o governo aquartelou a Guarda Nacional, temeroso que ocorressem distúrbios e desordens em virtude do descontentamento com a guerra.²¹⁸



LÚCIA 30 de Junho de 1868. SAN FERNANDO.

ANO 2 N. 91.

VEL EN CARGEN.



ALMANAQUE.

- Dia 33 L. Sr. Paulino ob. y Acasio mrs.
- 32 M. Sr. Juan presidente. Vitiña.
- 31 M. Sr. Navarro mrs. J. Bautista.
- 30 J. Sr. Guillermo abad y Eloy ob.
- 29 Y. Sr. Juan y Pablo mrs.
- 27 S. Zoilo mrs. Vj. y abstinencia.
- (G. G. das 3 y 34 m. da la mañana.)
- 26 D. S. Leon papa y nr.

(Atras el imperio macanuco!
Atras los negros y anegruadas!

DEBENOS repetir ahora mas fuerte que nunca, con toda la fuerza de nuestra resolucion y entusiasmo. Por que por todos indos y en todas partes, vamos que los negros y anegruados están sufriendo la opresion de sus horrendos crímenes de less-libertad: maltratañdo en el insustentable fuego de la malicia y venganza de los pueblos

que han amezazado amener con la legitimidad y doctable caudal de la etimologia.

Ya aquellos que al principio se han unificado tan cerca al respecto de los infames propósitos del Monarca asaziador, comienzan hoy a shrir los ojos y de lleno reconocen la justicia de nuestra causa, mereced al heroísmo sin ejemplo ena que le hemos rechazado, y anegruado en medio de la oscuridad ha decretado la muerte del Paraguay y consiguiente mente la de todos sus hermanos del Plata.

Ya aquellos mismos que ayer, con escándalo del honor y de la razon, se habían arrastrado por las fanasmagóricas ideas de ese vil, infame y escarnidoso Pacto, y que han creydo posible haver el fanatismo del triunfo de la esclavitud contra la libertad, de la iniquidad contra la justicia; se han desengañado, y se ponen a trabajar no sólo en la ofensa, para hacer aparecer la monstruosidad y barbarie de las pretensiones de la destruidora Alianza; sino tambien a las armas, y con la voz de los negros imperiales, rechazan de sus vestimentas que con escudo, estaca y acediles ineficaces, han conseguido embucar á todos y anularse en medio de ellos.

Ab! temos, peiores, la correspondencia del Ejército publicada en el veterano colegio e El Semanario, que revela la verdad de nuestro error y confirma el hecho de que la voz de ¡atras los negros

y aporadas! ha repercutido en todos los ámbitos de las regiones del Plata.

Los Corraolinos dicen ¡atras los negros del Monarca esclavizador! y hacen correr en justa venganza la sangre de los traidores satélites del Baboerto de aquellos que les ayudaban á sostener sus cadenas sobre el pueblo corriente, para sacrificar al son de la trompeta de Salinas la sangre de sus hijos en la tabaca guerra que más ha traído.

Los pueblos argentinos todos dicen ¡atras el imperio esclavizador y sus negros! y hacen desaparecer al traidor Bittre, al Galgui Manchego argentino, al apóstata de la democracia ante el jurado de la Patria, para responderle por los crócos labreses que ha sacrificado sin rubor en favor de las miras del Brasil.

Los orientales dicen ¡atras la dominacion esclavizadora del infame Marcon del Brasil! y hacen rodar por las calles de Montevideo la esmermerada cabeza del mas estúpido malvado y zozno traidor el General Flores.

Y hasta los mismos pernambucanos encubiertos por el dicho poderoso Pedro das Layes, con la voz de jabajo al tirano Pedro 2.º y vifa el Presidente Lopez! reconocen las calles que llenan de las cadenas de Sus Magestades masculinas y femeninas, proclamando la República y la libertad.

¡Bravo y bravo!

El Cabichuí hace una vez mas y está á todos ellos contemplados desde el fondo de su conciencia, por que vé que sus buenos consejos consignados en

A dificuldade em preencher os vazios na tropa levou o Império a libertar escravos para lutarem no Paraguai. Por decreto baixado em 6 de novembro de 1866, os "escravos da nação", do Estado, que servissem no Exército em guerra ganhavam a liberdade, enquanto os donos que libertassem os seus, para esse mesmo fim, eram recompensados com títulos de nobreza. O governo imperial também desapropriou escravos para enviá-los para o Paraguai, pagando indenizações generosas, as quais não deixavam de causar inconvenientes aos fazendeiros, pois era difícil a substituição desse trabalho nas lavouras.²¹⁹ O aumento da demanda por escravos elevou seu preço, e cada indivíduo era vendido por dois contos de réis no início de 1868, quando poucos meses antes o valor de venda não era superior a 900 mil réis.²²⁰ No relatório de 1868, apresentado à Assembléia Provincial, o presidente de São Paulo afirmou que a continuação da guerra traria consequências desastrosas à economia, e já se sentia a falta de mão-de-obra na agricultura e na "indústria", além de a moeda nacional desvalorizar-se e tender a, progressivamente, diminuir ainda mais de valor.²²¹

O uso de escravos no Exército brasileiro foi tema dos redatores dos jornais paraguaios e do próprio Solano López. O jornal *Cabichuí* sempre se referiu às forças imperiais como os *macacos*, associando os soldados negros com a pretenção covardia dos brasileiros. Para o *Cabichuí*, dom Pedro II era "o grande macaco que ostenta sua autoridade de Rei" e, em charge publicada, três dias depois, via-se um soldado paraguaio que chicoteava "os covardes escravos", ou seja, negros desenhados com traços de macacos.²²²

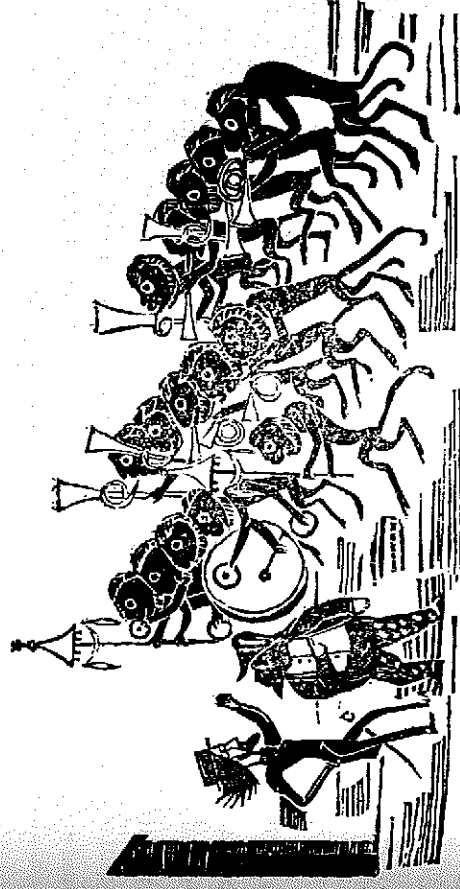
A propaganda lopizta classificava o Exército imperial de *macacuno*, o qual tinha como objetivo reduzir o povo paraguaio à escravidão. Na verdade, como destaca André Amaral de Toral, soldados negros, ex-escravos ou não, lutaram em pelo menos três dos quatro Exércitos envolvidos nos combates: o brasileiro, o paraguaio e o uruguaio. Os escravos propriamente ditos lutaram no Exército paraguaio e no brasileiro.²²³

No caso paraguaio, o recrutamento de escravos começou em setembro de 1865, enquanto no Brasil, superada a fase da euforia patriótica em que se apresentaram muitos e verdadeiros voluntários, os convocados para a guerra buscaram enviar substitutos em seu lugar. O envio de substitutos para cumprir o serviço militar era, à época, prática comum em outros países e não constituía uma

característica exclusivamente brasileira. No Brasil, particulares foram contratados para substituir convocados e escravos foram enviados para lutar em nome de seus proprietários. As sociedades patrióticas, os conventos e o próprio governo nacional também se encarregaram de comprar escravos com a finalidade de enviá-los para o Paraguai. As autoridades imperiais prometiam alforria para os escravos que se apresentassem para a guerra, "fazendo vista grossa" para aqueles que fugiram das fazendas.²²⁴

Crê Roberto Salles que o número de escravos combatentes, os *libertos*, não tenha ultrapassado 10% do conjunto das tropas. As afirmações de que o Exército imperial era um Exército de escravos resulta de se confundir branco com livre e todo negro com escravo. Afinal, destaca esse autor, o fato de a população ser majoritariamente negra ou mestiça não significa que ela fosse escrava, pois esta já se tornara minoritária em 1864. Em 1872, data do primeiro censo oficial, no Brasil havia 8 milhões de homens livres, sendo 3,8 milhões de brancos e 4,2 milhões de negros ou mulatos, e o número de escravos era de 1,5 milhão.²²⁵

André do Amaral Toral fez a seguinte reflexão sobre a participação do negro na Guerra do Paraguai:



Caxias--Vemho os melhores flarmónicos do exercito imperial para festejar a chegada de meu afilhado. Mitre--Agradezco a mi padrino estas muestras de bondad y cariño.

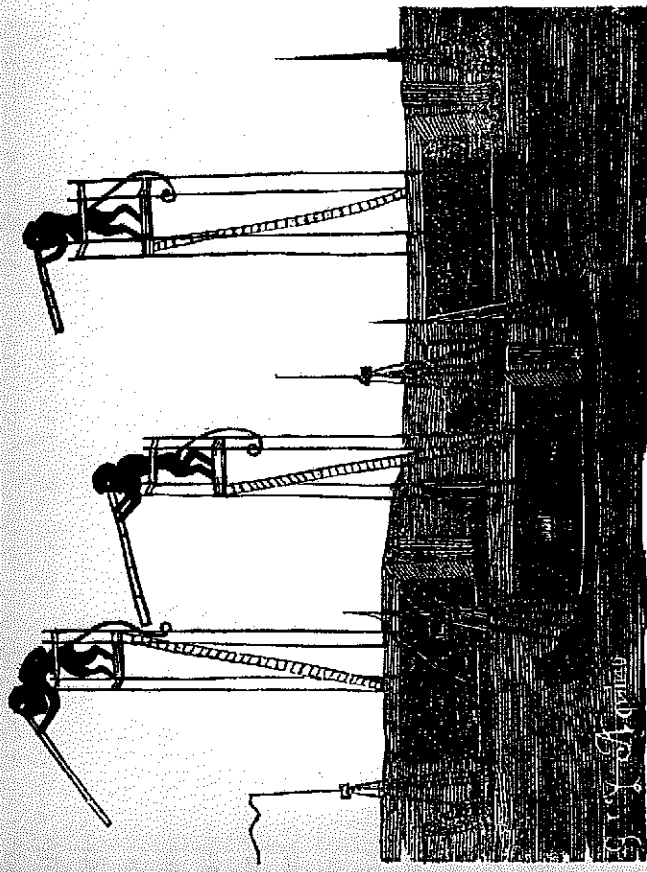
Sáira do *Cabichuí* em que o comandante das tropas brasileiras, marquês de Caxias, à frente de uma banda composta de macacos, recepciona Bartolomé Mitre, comandante-em-chefe aliado. Devido à presença de negros no Exército imperial, Solano López se referia aos soldados brasileiros como "negros" ou "macacos".

A sorte dos escravos que lutaram na guerra do Paraguai se liga mais à questão da cidadania no Brasil e no Paraguai do que à questão de discriminação racial. O alistamento compulsório atingia igualmente o escravo, a população paraguaia e os pobres brasileiros. Os direitos individuais não existiam nem na *monarquia constitucional* escravocrata brasileira, nem na pretensa *República* paraguaia. Buscar algo de específico à condição negra como característica principal na formação de exércitos e, portanto, das vítimas da guerra corresponde a uma demanda contemporânea sobre um contexto histórico que não responde a essas indagações.²²⁶

A presença de escravos combatentes no Exército resultou na incorporação de alguns de seus interesses, como a alforria, ao projeto hegemônico da Coroa e da classe dominante. Alforria que, por sua vez, buscava encobrir o fato de o Estado monárquico brasileiro fundar parte de sua força nos campos de batalha “num segmento da população não reconhecido como portador de seus padrões culturais e morais”. A participação de negros livres e de escravos na guerra também contribuiu para que a instituição da escravidão fosse questionada após 1870, tornando-se tema de debate nacional. Afinal, a presença de libertos no Exército, quando este se tornou importante ator político, “teve consequências profundas sobre o processo de crise e derrubada do Império”.²²⁷

Durante a guerra, os chefes militares brasileiros viram com restrição a presença de escravos libertos no Exército, acusando-os de mau desempenho militar. Para Caxias, o comportamento dos libertos causava, pelo exemplo, indisciplina na tropa, por serem “homens que não compreendem o que é pátria, sociedade e família, que se consideram ainda escravos, que apenas mudaram de senhor”.²²⁸ E nem podia ser diferente, afinal, o negro, ao ser escravizado, fora tratado como mercadoria e privado de cidadania e de vida familiar.

A chefia militar brasileira na guerra não se colocavam, porém, essas reflexões, e havia, sim, o descontentamento ao desempenho militar dos escravos libertos. Um exemplo é o do coronel José Antonio Corrêa da Câmara, responsável pela perseguição final a Solano López. Esse militar, em carta que escreveu à esposa em dezembro de 1868, responsabilizou a presença desses libertos pelo fato de não terem sido tomadas as posições defensivas paraguaias, mesmo reconhecendo que elas eram fortes. Para Corrêa da Câmara, as posições teriam sido ocupadas,



Los macacos manruillers--Mou Ammirante, e que se ve é, muita gente, e muitos cautoés.

Sátira paraguaia à esquadra brasileira em operações no rio Paraguai. Os vigias brasileiros são apresentados como macacos.

se os nossos soldados de infantaria não fossem os negros mais infames deste mundo, que chegam a ter medo até do inimigo que foge, como observei na batalha de 11 de dezembro [de 1868].²²⁹

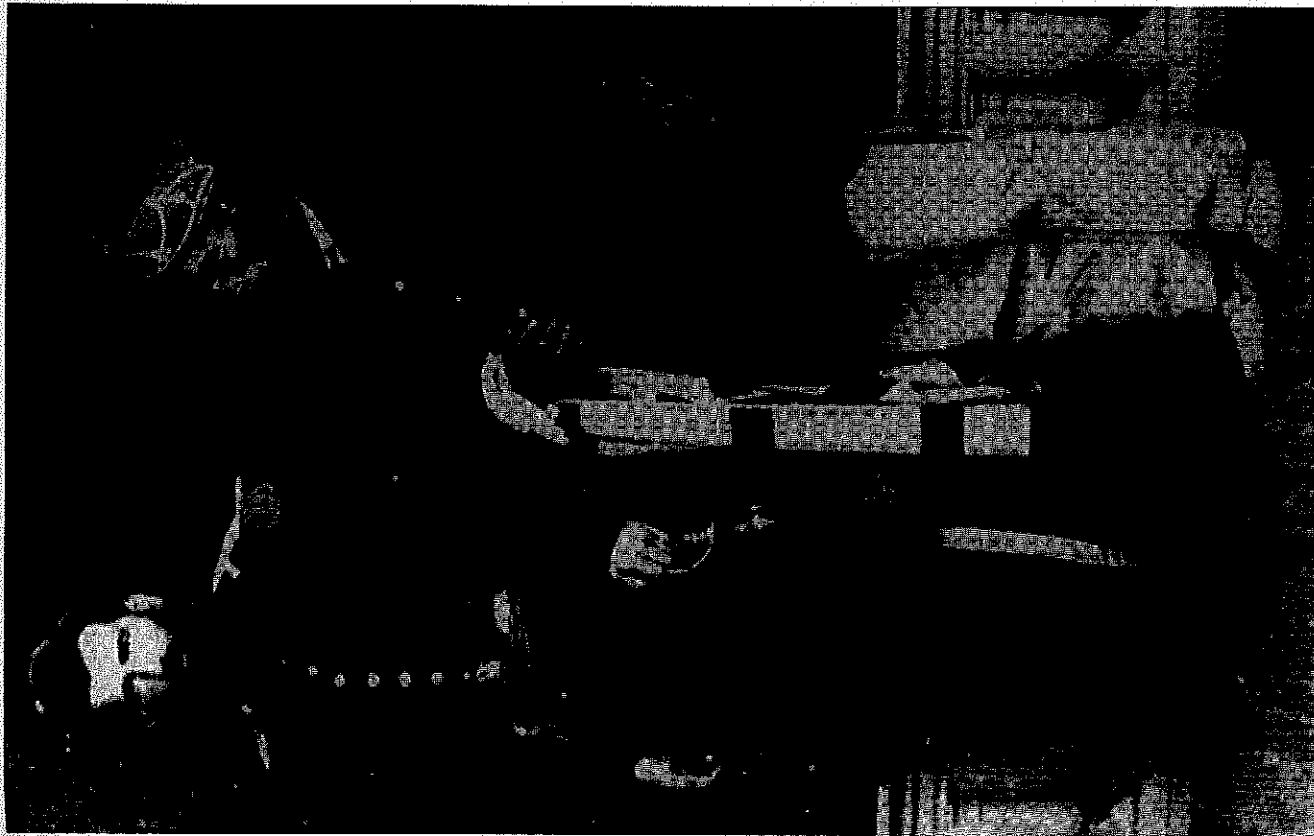
A utilização de escravos e a própria continuidade do conflito foi questionada pelo jornal *Opinião Liberal*, que clamava “Paz, Paz! É o brado íntimo de um povo oprimido”. Argumentava o jornal que a guerra era resultado do capricho de Pedro II, pois a população abandonara totalmente a causa da luta. O periódico contestava o discurso do governo imperial quanto à necessidade de lavar a honra nacional, atingida pelo ataque de Solano López, ao afirmar que “a honra que se entrega aos cuidados de galés e pretos minas não é honra, é uma mentira”. A situação, no início de 1868, era tão grave que o *Jornal do Commercio*, ao apontar para a piora das finanças do Império com a continuidade da guerra, concluiu que o fim da luta era urgente e, para tanto, sugeria a contratação de mercenários.²³⁰

O clima de descontentamento popular no início de 1868 foi registrado por diplomatas estrangeiros no Rio de Janeiro. A Legação argentina informou sobre o cansaço quanto à continuidade da guerra, e o mesmo fez a Legação da Espanha. O chefe desta última, Diego R. De la Quadra, escreveu, em fevereiro daquele ano, que o Brasil estava angustiado com os novos sacrifícios para continuar a luta, cuja falta de popularidade era cada vez maior, fato esse que era de conhecimento do governo brasileiro e que aumentara consideravelmente o número de partidários da paz na Corte. O alistamento forçado de recrutas, escreveu o representante português no Brasil, provocava, no início de 1868, desordens mais ou menos graves, pois "ninguém quer ser soldado!". A resistência ao alistamento era, então, maior em Alagoas e no Piauí, e neste último, em mais de uma ocasião, das "escoltas" vem "arrancar os recrutas bandos de homens armados [...] nos próprios depósitos [alojamentos] têm ido soltá-los, espancando os guardas e matando, se tanto é necessário!". As revoltas, porém, não chegavam a constituir uma ameaça, pois as autoridades dispunham de forças para sufocá-las; mas, de todo modo, tornava "mais espinhosa" a posição do governo brasileiro.²¹

O barão de Cotegipe, do Partido Conservador, ao discursar, em junho de 1868, na tribuna do Senado afirmou que estava arrefecido o ânimo popular com a guerra, o que obrigou o governo ao emprego de "meios ainda mais vigorosos" para levantar as forças que, antes, eram obtidas por "meios muito mais brandos e suaves". O recrutamento, apontou Cotegipe, despovoava os campos, principalmente nas províncias do Norte, e os que não eram levados para o Exército se achavam, ou sob a proteção dos políticos governistas locais, ou, então, "embrenhados pelos matos, fugindo à perseguição, a uma espécie de caçada que é, hoje, o recurso do governo para obter tropas". Zacarias, o presidente do Conselho de Ministros, reconheceu a procedência dessas afirmações, mas ressaltou que essa realidade antecedia à guerra, ou seja, também fora praticada pelos conservadores, e, com ela, "o mal crônico naturalmente devia agravar-se".²²

CAXIAS NA GUERRA

Caxias assumiu o posto de comandante-em-chefe das forças brasileiras em 19 de novembro de 1866. O momento era difícil, pois o Exército aliado se encon-



O comandante argentino Manuel J. Olascoaga e seu assistente. Em todos os exércitos envolvidos na guerra, houve a presença de soldados negros, sendo em maior número do lado brasileiro.